

TERRITÓRIOS

O JORNAL DO MÉDIO RIO DOCE

NO HORIZONTE DA LUTA POR JUSTIÇA, A FIRME PRESENÇA DAS MULHERES ATINGIDAS

Em sua diversidade e protagonismo, as mulheres atingidas reivindicam seu direito à reparação integral (pág. 6 e 7)



14 DE MARÇO
DIA INTERNACIONAL
DE LUTAS CONTRA
BARRAGENS, PELOS RIOS,
PELA ÁGUA E PELA VIDA

Pág. 05

AGENDA DA REPARAÇÃO
PRAZOS ABERTOS PARA
ADESÃO AOS PROGRAMAS
DO NOVO ACORDO
DE REPARAÇÃO

Pág. 04

PROTAGONISTAS DA REPARAÇÃO:
DONA MARIA APARECIDA:
A LUTA DA MULHER
QUILOMBOLA QUE
NUNCA DESISTE

Pág. 03



SUMÁRIO

Editorial 02

Protagonistas da reparação 03

Agenda da reparação 04

Dia Internacional de Lutas
contra Barragens 05

A luta das mulheres
pela reparação 06

27 anos do Assentamento
Liberdade 08

Boletim da reparação 09

Calendário Festivo 09

Artigo de equipe 10

Caravana Rio Doce 11

EXPEDIENTE

Programa Médio Rio Doce

Grupo de Trabalho Institucional Aedas

Cauê Melo Vallim
Carlos Henrique Prado
Flávia Maria Gondim
Heiza Maria Dias
Luis Henrique Shikasho
Marjana Lourenço

Direção Coletiva

Henrique Lacerda
Mayara Machado
Rayssa Neves
Brenda Ferreira

Equipe de Comunicação

Glenda Uchôa (coord.), Camila
Quintana, Luciano Alvim, Matheus
Santos e Thiago Matos

Diagramação

Matheus Santos

Fotos

Cleiton Santos, Glenda Uchôa, Luciano
Alvim, Mariana James, Thiago Matos

Edição e Revisão

Glenda Uchôa e Henrique Lacerda

Apoio e Contribuições

Equipe de Raça e Gênero:

Mayara Costa (coord.), Ana Luiza, Andréia
Lemos, Ariana Mara, Cleidineide de Jesus

Equipe de Situações de Pedagogia

Amanda Mulinari, Amanda Feitosa, Carlos
Assis, Desirée Salles, Érica Régo, Hgo
Rodrigues, Lays Nogueira, Luciano Santos,
Osmar Andrade, Sara Duarte e Sofia Borges

Equipe de Patrimônio Cultural, Esporte, Lazer e Educação (PCELE)

Isabela Moraes (coord.), Larissa Venâncio,
Paulo de Mello, e Sofia Barreto

Equipe de Diretrizes da Reparação Integral (DRI)

Giovana Nobre (coord.), Ana Beatriz
Puchetti, Débora Máximo, Letícia da
Costa, Júnio Bragança, Rosane Souza,
Livia Soares

Equipe Administrativo/Financeiro

Leomar Cabral (coord.), Rogivaldo Cabral
(coord.), Alberta Deodato, Cristiane Bessa,
Luzineth Alves, Lorena Marcelino e Rafael
Azevedo e Rayanne Cabral

Equipe de Logística

Luane Xavier (coord.), Rinaldo Cruz
(coord.), Diego Maia, Sirlene Santos,
Andreia Dias, Jhonatan Santos,
Ruth dos Santos, Simone Norberto e
Thiago Domingos.

Equipe de Gestão da Informação

Joana Penêdo (coord.), Gabriel Gleyser,
Osman Santos e Zaskya de Carvalho

Apoio da equipe de Mobilização Vale do Aço e Leste de Minas:

Sarah Suzan (coord.), Inara Santos, (coord.)
Lauanda Ribeiro (coord.), Raquel Justino
(coord.), Ilklyn Barbora (coord.), Marcela
Nunes (coord.), Marcos Ferreira (coord.)
, Mariana Jaimes, Esdras Cordeiro,
Rainymara Souza, Helena Barros

Tiragem: 2 mil exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Instagram: @aedasmg

Facebook: Aedas Rio Doce

Youtube: @aedasmg

Site: aedasmg.org/medio-rio-doce

ANUNCIAMOS O QUE FOI, O QUE É E O QUE SERÁ!

Mais uma edição do Jornal Territórios pronta para circular nas comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. Esta é a quarta vez que esse impresso, recheado de informações sobre o processo de reparação, memória da luta popular e registros da constante busca por direitos, chegará às mãos das pessoas atingidas no Vale do Aço, no Leste de Minas e em outros territórios. E por falar em números, trazemos para destaque um especialmente significativo: dois anos.

Esse é o tempo que completamos desde que a Aedas, escolhida como assessoria técnica independente para 15 municípios no Médio Rio Doce, iniciou sua atuação nos territórios, com equipes multiprofissionais chegando às comunidades para apoiar o processo de reparação.

Desde março de 2023, depois do período de implementação inicial, o trabalho realizado pela Aedas segue acontecendo com uma metodologia principal: a participação ativa na tomada de decisões das pessoas que foram atingidas pelo desastre-crime de responsabilidade das mineradoras Samarco, Vale e BHP.

Sabemos que a reparação integral só acontece com protagonismo dos atingidos e atingidas. É por isso que seguimos fortalecendo a mobilização popular, através das Comissões organizadas, dos Grupos de Atingidos e Atingidas e dos Agentes Multiplicadores em cada território.

Nesses espaços participativos e no trabalho com as lideranças, as pessoas atingidas têm apresentado diversas demandas comunitárias. As equipes técnicas têm acolhido, registrado, tratado e encaminhado as reivindicações a partir da elaboração de ofícios e pareceres que foram endereçados para as instituições do sistema reparatório vigentes à época e seguirão encaminhadas ao Governo Federal, novo ator do processo após a repactuação.

Temos ajudado a aprofundar a luta por justiça com aqueles que são os legítimos protagonistas da reparação. São mulheres e homens, povos e comunidades tradicionais, indígenas, crianças, trabalhadores e trabalhadoras das cidades e do campo.

Por causa deles, a luta continua: por acesso contínuo a água potável e em quantidade adequada, pela indenização justa dos danos ainda não reparados, pela garantia de direitos fundamentais a todas as pessoas, pela restauração dos modos de vida, dos costumes e cultura, dos laços comunitários, do trabalho e da renda. É para garantir a saúde plena, física e mental, de todas as famílias.

“
A luta continua porque o povo atingido tem que viver bem. Porque o povo atingido tem que ter o direito de viver bem de novo. Porque cada comunidade tem a esperança de voltar a viver. E a esperança movimenta. E o movimento dá vida.

Para permitir que todos e todas possam voltar a conviver com um meio ambiente equilibrado, limpo, saudável. Para que as enchentes deixem de ser um medo, porque agora não trazem mais a fertilidade para as plantações, mas rejeitos de mineração e destruição para as casas das pessoas. Para que possam, mais

uma vez, tomar banho no rio que passa no quintal de suas casas, onde as crianças brincavam e os pais pescavam um peixinho, da forma como aprenderam com seus avós. A luta é para que as mulheres sejam sempre reconhecidas iguais aos homens. É por igualdade racial. É para que comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas tenham seus direitos garantidos, seus modos de vida e sua cultura respeitados e valorizados.

A luta continua porque o povo atingido tem que viver bem. Porque o povo atingido tem que ter o direito de viver bem de novo. Porque cada comunidade tem a esperança de voltar a viver. E a esperança movimenta. E o movimento dá vida.

É como um rio: nasce forte, rompe o chão. Vira riacho, escorre pelo caminho, se junta a outros, vira potência. Serpenteia pelo mundo, percorre o território, fica bravo quando precisa avançar, coloca força na correnteza e fica calmo quando encontra terra boa. Irriga o em torno, fertiliza a plantação, traz boa colheita. Conhece histórias, cria outras, leva o que precisa ir. Desagua no mar e vira imensidão.

Dois anos de atuação após um direito conquistado, que nos preparam para mais. É por isso que o escritor Eduardo Galeano, em seu livro *As Veias Abertas da América Latina*, destaca: "A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi, e contra o que foi, anuncia o que será."

O passado nos ensina, o presente nos convoca e o futuro nos desafia junto a cada atingido e atingida. Sigamos fortalecidos pelo coro de justiça: povo em luta, rio de esperança!



Foto: Acervo/Aedas

PROTAGONISTAS DA REPARAÇÃO

NO MÉDIO RIO DOCE

DONA MARIA APARECIDA: A LUTA DA MULHER QUILOMBOLA QUE NUNCA DESISTE

No Quilombo Córrego do 14, as mulheres sempre tiveram um papel fundamental na estruturação de tarefas e na luta por reparação.

Reportagem: **Thiago Matos**

Nascida e criada na comunidade quilombola do Córrego do 14, zona rural do município de Naque, em Minas Gerais, Maria Aparecida tem sua vida marcada pelas águas e pela luta. Luta essa que, nos últimos anos, tem sido ainda mais intensa: a busca pelo reconhecimento oficial da sua comunidade quilombola e a reparação pelos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, desastre-crime socioambiental que alterou profundamente o modo de vida das famílias que ali vivem.

“Minha mãe tem 92 anos e ainda mora aqui. Eu nasci e cresci nesse lugar. Quando eu era menina, tudo era muito vivo: a terra, a água, a comida que a gente colhia, o cheiro das frutas maduras no pé. Meu pai cuidava das plantações e eu lembro até hoje do gosto do abacaxi que ele guardava para mim. Meu pai morreu com 92 anos. Com ele, chupava cana... faço isso até hoje. Era uma vida simples, mas era nossa, e era feliz”, conta.

Mas essa história mudou. E mudou drasticamente. Das águas que brotavam em abundância, em olhos d'água e córregos, espalhados pela grande terra quilombola, arrepiadas pelo vento, como entoa a cantora Maria Bethânia, ficaram apenas filetes e instantes permanentes de medo causados pela lama de metais pesados despejados no Rio Doce e seus afluentes.

“A gente perdeu muito. O rio secou, a água ficou ruim, os peixes sumiram, os olhos d'água deixaram de minar. Meu filho, que cresceu nadando aqui, hoje nem coloca mais o pé na água [do rio Doce]. Antes, a gente plantava, colhia, vivia daquilo que a terra dava. Hoje, até a comida comprada no mercado nos deixa desconfiados. E o pior: fomos ignorados na reparação. Luta-

mos para existir, mas não fomos sequer reconhecidos no Novo Acordo da repactuação. Fomos excluídos do acordo e da reparação das comunidades tradicionais”, desabafa.

Entre os quilombolas do Córrego do 14, as mulheres sempre tiveram um papel fundamental. São elas que fortalecem o trabalho no sustento da família, enfrentam o dia a dia da lavoura e, quando necessário, saem para batalhar em outros serviços. E, no processo de luta por reparação, não foi diferente.

“As mulheres são uma peça fundamental e, de maneira nenhuma, poderiam ter sido ignoradas nesse processo de reparação. Elas trabalham duro, não desistem, seguem até o fim. Nós, mulheres, temos essa característica: não desistimos. Eu, por exemplo, vou fazer 59 anos e nunca comecei algo sem levar até o fim.”, destaca a invisibilização das mulheres no processo de reparação como uma injustiça: “somos fortes, resistentes e corajosas. O trabalho das mulheres precisa ser reconhecido, porque sem ele, nada disso [economia da pesca] funcionaria”, afirma.

Há anos, as famílias do Córrego do 14 reivindicam o reconhecimento como comunidade quilombola, mas faltavam recursos e apoio técnico. Com a chegada da Aedas, assessoria técnica independente que atua no Território 03 (Vale do Aço), a documentação começou a ser organizada, os relatos passaram a ser registrados, sistematizados e a luta da comunidade ganhou força.

Dona Aparecida e Dona Nadir, sua mãe.

“A gente sempre soube que era um quilombo. Nossos avós nasceram aqui, nossos pais cresceram aqui. Mas não tínhamos nada no papel. Sem isso, é como se a gente não existisse para o governo. Foi com a Aedas que conseguimos reunir provas, registrar nossa história e mostrar que temos direito à certificação quilombola. Mas ainda falta muito. O que queremos é justiça. Queremos reconstruir. Queremos nossa terra produtiva, nossos costumes preservados, nossa identidade respeitada. A gente já perdeu muito, mas não podemos perder a nossa história”, aponta.

E do lugar das águas que guardam segredos, Maria Aparecida compartilha um recado esperançoso para todas as comunidades tradicionais do Brasil: “Nunca deixem de buscar seus direitos. Durante muitos anos, nem sabíamos que tínhamos direitos, mas agora sabemos, e eles estão garantidos no papel. Precisamos lutar sem medo, sem recuar, sempre persistindo.

Precisamos usufruir do que conquistamos e continuar firmes. O foco deve ser recuperar nossa vida enquanto comunidades tradicionais, preservar nossos costumes e retomar nossas formas de sustento. Esse é o nosso direito, e vamos seguir lutando para garanti-lo.”, conclui.

“As mulheres são uma peça fundamental e, de maneira nenhuma, poderiam ter sido ignoradas nesse processo de reparação. [...] Nós, mulheres, temos essa característica: não desistimos. Eu, por exemplo, vou fazer 59 anos e nunca comecei algo sem levar até o fim.”



Foto: Thiago Matos/Aedas

PRAZOS ABERTOS PARA ADESÃO AOS PROGRAMAS DO NOVO ACORDO DE REPARAÇÃO

Colaboração: Ana Beatriz Puchetti

Equipe: Diretrizes da Reparação Integral

BOLETIM DA REPARAÇÃO

Estão abertos os prazos para adesão aos programas indenizatórios previstos no novo acordo de reparação. As plataformas foram disponibilizadas pela Samarco e seguem os critérios estabelecidos pelo novo marco legal da reparação.

Para participar de algum dos programas, é necessário que a pessoa atingida preencha os

requisitos exigidos e possua a documentação comprobatória definida no acordo. O envio dos documentos deve ser feito, de forma gratuita, por meio de um defensor(a) público(a) ou advogado(a) particular de confiança, utilizando a plataforma específica do programa desejado, disponível no Portal do Advogado | Samarco.

As pessoas atingidas também podem acompanhar a situação do seu cadastro e verificar informações sobre os requeri-

mentos já realizados por meio do Portal do Usuário | Samarco. Caso já tenham aderido a algum programa anterior ao Novo Acordo de Reparação, essa informação também será indicada no sistema.

ATENÇÃO AOS PRAZOS

As pessoas atingidas que têm pedidos pendentes na Plataforma PIM-AFE e receberem respostas negativa da Fundação Renova ou da Samarco terão 90 dias para

aderir ao PID (Programa de Indenização Definitiva). Vale ressaltar que o prazo começa a contar a partir da data da resposta, conforme o novo acordo e divulgado em site da Samarco.

No caso do Novel, existem prazos instituídos dentro do fluxo do novel que irão variar de acordo com que fase do fluxo o processo da pessoa atingida se encontra. Os prazos voltaram a ser contados a partir da disponibilização da plataforma em 04/02/25.

Acesse o portal do advogado:

www.portaldoadvogado.reparacaobaciaridoce.com

Acesse o portal do usuário:

www.portaldousuario.reparacaobaciaridoce.com

FIQUE ATENTO AOS PRAZOS:

PORTA INDENIZATÓRIA	PLATAFORMA DISPONIBILIZADA:	PRAZO DE ADESÃO	DATA FINAL DO PRAZO DE ADESÃO	SITUAÇÃO
PID Novos Requerimentos	26/02/2025	90 dias (a partir do lançamento de plataforma)	26/05/2025	ACESSO ABERTO
PID Requerimentos pós negativa ao PIM-AFE ou Novel	26/02/2025	90 dias a partir da negativa ao PIM-AFE ou Novel	Dependerá da data de negativa ao PIM-AFE ou Novel	ACESSO ABERTO
INDENIZAÇÃO P/ AGRICULTORES FAMILIARES E PESCADORES PROFISSIONAIS	05/04/2025	60 dias	04/06/2025	ACESSO ABERTO
PIM	04/02/2025	60 dias	05/04/2025	ACESSO ENCERRADO
AFE	04/02/2025	60 dias	05/04/2025	ACESSO ENCERRADO
NOVEL	04/02/2025 Apenas recursos pendentes	Encerrado	Encerrada possibilidade de acessar em 29/09/2023	ACESSO ENCERRADO

***Errata:** a versão digital deste impresso foi atualizada em 07/04/2025 com ajustes dos prazos e status das plataformas.

14 DE MARÇO: DIA INTERNACIONAL DE LUTAS CONTRA BARRAGENS, PELOS RIOS, PELA ÁGUA E PELA VIDA

Reportagem: Luciano Alvim

Quase dez anos atrás começava, para a maior parte da bacia do Rio Doce e litoral capixaba, uma história de lutas dos atingidos e atingidas por justiça e reparação após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana.

Alguns territórios, contudo, já tinham sido atingidos pela construção de barragens de outro caráter: as hidrelétricas. Comunidades inteiras foram deslocadas, e suas terras inundadas por represas, com o objetivo de produzir energia. A cidade mineira de Aimorés, por exemplo, teve uma represa construída nos anos 2000, ao lado da Pedra Lorena, cartão-postal da cidade. A população lutou por compensações justas, que até hoje são consideradas insuficientes.

Muitas décadas antes, começava no Sul do Brasil um movimento organizado que buscava reparação aos camponeses e cidadãos atingidos por esse tipo de realidade. Esse movimento se tornou, anos depois, o Movimento dos Atingidos por Barragens, presente

em praticamente todo o país, e que também tem se mobilizado na bacia do Rio Doce, em favor da organização dos atingidos(as) pelo desastre-crime de Mariana.

O coordenador nacional Thiago Alves, em entrevista ao programa Estação Rio Doce 20ª edição, que foi ao ar nas rádios do Vale do Aço e Leste de Minas no dia 14 de março, Dia Internacional de Lutas, ressaltou a importância do 14 de março como “uma data internacional de luta, em favor dos direitos dos atingidos e das atingidas do mundo inteiro, de memória para as vítimas da injustiça”, e que é uma data de celebração “da luta, da vida, esperança e resistência”.

Nesse contexto de luta, em novembro de 2024, iniciou-se uma nova etapa do processo de reparação, com a assinatura da repactuação do caso Rio Doce.

Thiago Alves explica que “o que saiu de avanço, principalmente para o direito coletivo, sobretudo os fundos, são frutos da luta do povo”. Ele resalta que “todos os fundos são frutos

da luta do povo atingido e, agora, a nossa tarefa é compreender cada uma dessas iniciativas, desses recursos e se organizar para cobrar que esse dinheiro chegue na mesa do atingido em forma de água limpa, comida na mesa, saúde, trabalho e participação social”.

Atingidos do Paraopeba cobram justiça e manutenção de direitos

Neste 14 de março, os atingidos e atingidas da Bacia do Paraopeba fizeram um ato nas ruas de Belo Horizonte contra o fim do Programa de Transferência de Renda (PTR) e violação de seus direitos, com a presença de cerca de mil pessoas atingidas. Algumas reivindicações dos atingidos são a manutenção do PTR integralmente; a prestação de contas com transparência e explicação dos gastos do Fundo de Estruturas de apoio de R\$700 milhões previsto no Acordo Judicial; e a inclusão imediata dos Povos e Comunidades Tradicionais no PTR da bacia do Paraopeba.

“Uma data internacional de luta, em favor dos direitos dos atingidos e das atingidas, de memória para as vítimas da injustiça.”

Thiago Alves
Coordenador
Nacional do MAB



CONHEÇA MAIS SOBRE ESSA HISTÓRIA

No dia 14 de março de 1991, durante o primeiro Congresso dos Atingidos por Barragens do Brasil, foi instituído o Dia Nacional de Lutas contra Barragens, pelos Rios, pela Água e pela Vida. Mas, você sabia que quarenta anos antes do rompimento da barragem de Fundão, as barragens com finalidades hidrelétricas já eram motivo de disputa entre as populações atingidas, os empreendedores e o Estado?

Na década de 1970, agricultores(as) e atingidos(as) dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina já protestavam contra as construções de hidrelétricas no Alto Uruguai, que é o nome dado a região banhada pelo Rio Uruguai. Foi lá que surgiu, em 1979, a primeira Comissão de Atingidos por Barragem, que viria a se tornar o Movimento dos Atingidos por Barragem em 1985.

Somente em 1991, durante o primeiro Congresso citado acima, é que as diretrizes do MAB foram finalmente aprovadas e o Movimento se oficializou. Vinte e quatro anos depois, o MAB passou a atuar além das barragens hidrelétricas, junto ao povo atingido pelo rompimento da barragem de minério e na luta por transição energética popular.



Foto: Acervo Aedas

A LUTA DAS MULHERES PELA REPARAÇÃO

Diante da invisibilização, as mulheres atingidas se organizam na luta pelo direito à reparação integral

Reportagem: **Camila Quintana**

É importante entender que não existe apenas um jeito de ser mulher. Existem mulheres negras, indígenas, brancas, ribeirinhas, quilombolas, agricultoras, pescadoras, empreendedoras, transexuais e uma infinidade mais. Historicamente, ser mulher foi associado à maternidade, à submissão e ao cuidado da casa e da família. Mas com muita luta, esse cenário tem mudado, permitindo que mulheres ocupem diversos espaços na sociedade.

No entanto, muitas seguem enfrentando jornadas múltiplas, acumulando trabalho, estudo, sustento do lar e locais de liderança nas comunidades.

Na vida das milhares de mulheres atingidas, muita coisa mudou desde o rompimento da barragem de Fundão, em 2015.

Dados do Registro Familiar realizado pelo Programa Médio Rio Doce da Aedas, mostram que **75,03% das mulheres atingidas consultadas não receberam nenhuma indenização individual após o rompimento**. A invisibilização das mulheres no processo de reparação aconteceu desde o Programa de Cadastro (PG01), a principal via de acesso a indenizações e programas mitigatórios da Fundação Renova.

Discriminadas, muitas mulheres não foram cadastradas ou foram cadastradas como dependentes dos maridos. Um exemplo são as pescadoras, agricultoras e areeiras acompanhadas pelo Programa Médio Rio Doce, que trabalhavam com os maridos, perderam sua fonte de renda, mas não tiveram direito a indenização.

Fundamentada no combate à violência de gênero identificada no processo de reparação, foi movida pelas Instituições de Justiça uma Ação Civil Pública contra Renova, Samarco e BHP Billington em junho de 2024,

denunciando a violação dos direitos das mulheres na implementação do PG01 da Fundação Renova. Uma construção com contribuição do Programa Médio Rio Doce, que elaborou nota técnica em parceria com outras assessorias técnicas da Bacia para sistematizar as violações aos direitos das mulheres encontradas no território.

Mesmo diante de um cenário tão desafiador, **as mulheres ainda são maioria nos espaços participativos da Aedas (54%) atuando na construção do processo de luta por reparação integral**. A partir desta realidade, foram organizados pelo Programa Médio Rio Doce da Aedas Seminários Temáticos específicos para as mulheres, com objetivo de conferir maior protagonismo, reforçando que cada atingida desempenha um papel fundamental na sociedade, além de somar na luta por direitos à reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

“Eu, como mulher e atingida, percebo que nós mulher fomos excluídas de, bem dizer, todos os projetos de reparação e com isso eu gostaria que nós mulheres tivéssemos mais apoio e voz para garantir nossos direitos.

Gleiciane Ferreira
Atingida de São Lourenço (Bugre/MG)



Mulher, Pescadora e Agricultora

Aos 57 anos, Edileuza, nascida e criada em Barra do Cuieté, distrito de Conselheiro Pena, carrega na memória um rio que já não existe como antes. Filha de agricultores familiares, desde pequena ajudava os pais na plantação e venda de frutas e verduras. Mas foi aos 10 anos que encontrou sua verdadeira paixão: a pesca.

A convite de vizinhos, começou a pescar e logo ganhou do pai suas próprias varas de bambu. No início, pescava para alimentar a família mas, com o tempo, passou a vender os peixes. Aos 17 anos, já era pescadora artesanal profissional, vivendo das águas do Rio Doce, onde sempre pescou com iscas de camarão retiradas do próprio rio.

O desastre-crime causado pela Samarco, Vale e BHP Billiton mudou tudo. A lama tóxica atingiu não apenas o rio, mas a vida e o emocional de Edileuza e de

tantos outros pescadores. “Minha vida era ficar na frente da TV e só chorando. Vendo aquela tragédia lá. Tantas pessoas que escaparam, perderam seus entes queridos, amigos, conhecidos. Então, aquilo causou um dano psicológico para a gente muito grande. Na questão da pescaria, nem se fala. Por que como que a gente ia pescar?”, questiona.

Com a lama, o rio que antes tinha águas profundas virou um leito raso e cheio de areia. “Os lugares que eram bem fundos hoje têm dois palmos de água. Como é que se pesca num negócio desse?”

Sem sua principal fonte de renda, Edileuza precisou se reinventar. Passou a trabalhar capinando lotes, vender frutas na época da pinha e complementar a renda com auxílios do governo. No entanto, o trabalho pesado afetou sua saúde e ela precisou recorrer ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Hoje, Edileuza dedica-se ao quintal que herdou do pai, culti-

vando pinha, laranja, jaboticaba, milho e mandioca. Apesar das dificuldades, segue vendendo o que planta, garantindo parte de seu sustento.

Mesmo tendo recebido uma indenização da Samarco, ela destaca que dinheiro nenhum paga a tristeza de não poder mais pescar no Rio Doce. “A gente tinha uma vida muito ativa, mas teve que, de repente, dar uma estagnada”, desabafa;

Edileuza não ficou apenas observando as perdas. Com a chegada da Aedas no território, tornou-se Agente Multiplicadora em sua comunidade, mobilizando moradores de Barra do Cuieté para participarem dos Grupos de Atingidos e Atingidas (GAAs). Hoje, é uma referência na luta por direitos e por uma reparação justa, provando que, apesar dos desafios, a força da resistência segue correndo como um rio.

MULHERES NO NOVO ACORDO

No novo acordo de reparação foi destinado o valor de R\$1 bilhão para o Programa para Mulheres. No entanto, o documento não traz informações sobre critérios ou prazos de como o dinheiro deverá ser utilizado. Até agora, o que foi estabelecido é que as Instituições de Justiça irão apresentar um termo de referência para contratação de uma entidade gestora com capacidade de executar o programa.

ACOMPANHE OS DADOS

Segundo dados do Registro Familiar, **71,11% das respondentes apontaram um aumento do trabalho realizado por mulheres no âmbito doméstico e de cuidados com a família causados pela dificuldade de acesso a água e sua contaminação desde o rompimento.**



Foto: Acervo Aedas



Foto: Camila Quintana/Aedas

“Os lugares que eram bem fundos, hoje, têm dois palmos de água. Como é que se pesca num negócio desse?”

ASSENTAMENTO LIBERDADE: 27 ANOS DE RESISTÊNCIA E LUTA NO VALE DO RIO DOCE



Mutirão de limpeza no Assentamento. Acervo.

O Assentamento Liberdade, localizado no município de Periquito (MG), comemorou no dia 10 de março de 2025 seus 27 anos de existência.

Colaboração: Sofia Barreto e Mariana Jaimes
Equipes: Patrimônio Cultural, Esporte, Lazer e Educação (PCELE) e Mobilização

O Assentamento Liberdade, localizado no município de Periquito (MG), comemorou, no dia 10 de março de 2025, seus 27 anos de existência.

A data é celebrada desde a ocupação das terras em 1998, quando cerca de 350 famílias de trabalhadores e trabalhadoras sem-terra ocuparam áreas improdutivas de propriedade da antiga empresa Acesita.

A ocupação foi organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) que lideraram a busca do sonho por um pedaço de chão para que as famílias possam produzir e (re)existir dignamente.



Vânia Maria relembra história do Assentamento. Foto: Mariana Jaimes

Dentre as muitas histórias de luta que encontramos no assentamento, Vânia Maria (coordenadora regional do MST) relata como sua vida foi atravessada pelas Barragens desde muito antes do Rompimento da Barragem de Fundão acontecer.

Nascida em Alvarenga, ela e sua família tiveram que largar seu território por conta da construção da barragem de Cachoeirão e abandonar o modo de vida no campo, afetando sua relação com a terra.

Vânia, como tantas outras, descobriu nas lutas seu propósito e a condição para uma vida digna, sendo parte de uma luta maior



Dona Maria, João e seus dois filhos. Acervo.

de alimentos, com destaque para produção de mandioca, hortaliças e leite.

Em 2007, a construção da Barragem de Baguari atingiu a comunidade, forçou a remoção de oito famílias e a perda de áreas para o território, tomando seus moradores duplamente atingidos.

Os agricultores e pescadores do Assentamento Liberdade sofreram com a contaminação das águas e com os danos à produção de alimentos. Além disso, a construção de uma adutora, em nome da reparação, afetou o lazer e as práticas religiosas da comunidade, tornando-se atingidos mais uma vez, só que, agora, pelo processo de reparação.

Para Moisés Gomes, membro da Comissão do Território 3 e presidente da Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Liberdade (ACOAL), além desses danos, o maior impacto do rompimento da barragem foi a perda da coletividade.

Desde 2015, as relações comunitárias têm se modificado, e o processo de reparação não foi homogêneo, gerando dificuldades na reconstrução dos vínculos.

por reforma agrária, cujo objetivo é a redistribuição de terras para combater a desigualdade social e a fome, promovendo a aplicabilidade do princípio da função social da propriedade.

Mas toda essa jornada de luta não foi fácil. João Valentim, que chegou ao acampamento em 98, relembra conflitos enfiados, despejos e a perda das produções. Só em 2005, o reconhecimento pelo INCRA aconteceu.

Maria da Glória, que presenciou a ocupação junto de seu companheiro e três filhos, conta que o assentamento tem se dedicado a produzir, por meio da agricultura familiar, uma diversidade

O aniversário do Assentamento Liberdade sempre foi uma data simbólica de celebração. No entanto, também é uma data importante para reafirmar o compromisso com a agricultura familiar e a reforma agrária que só são possíveis através de políticas públicas, como o PNAE, PRONAF, PAA, entre outras políticas de incentivo à agricultura. Também se faz presente como bandeiras de luta e reivindicação da ACOAL, o acesso a saúde, a criação de uma escola de educação no campo e projetos de apoio à juventude.

O Assentamento Liberdade segue sendo uma referência na luta pela reforma agrária no Vale do Aço e Leste de Minas, com a esperança de que, nos próximos anos, novas políticas públicas possam fortalecer os laços entre as famílias e a terra. As famílias assentadas, após 27 anos de resistência, desejam aquilo que para eles é essencial: liberdade na luta e dentro da terra, para que ainda possam celebrar muitos anos de vida.

Moisés Gomes, presidente da ACOAL. Foto: Mariana Jaimes.



SISTEMA PIM-AFE DA SAMARCO SEGUE DISPONÍVEL PARA ANÁLISE DE INDENIZAÇÕES INDIVIDUAIS DE ATINGIDOS(AS)

Reportagem: Thiago Matos

BOLETIM DA REPARAÇÃO

A plataforma do Sistema PIM-AFE, criada pela mineradora Samarco para atender/analisar especificamente pedidos indenizatórios de PIM e AFE de atingidos e atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, está em funcionamento e segue acessível até o dia 5 de abril de 2025. O sistema, disponível desde 4 de fevereiro de 2025, tem como objetivo analisar pedidos de indenização das pessoas atingidas que exerciam atividade profissional à época do desastre-crime e que possuem documentação para comprovar os danos sofridos.

Atingidos e atingidas que já fizeram solicitações no Programa de Indenização Mediada (PIM) ou no Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), devem acessar o Sistema Pim-AFE para

confirmarem novamente o interesse de receberem as indenizações. Aqueles que realizaram a solicitação de Cadastro até 31 de dezembro de 2021 também devem adentrar ao sistema para completarem suas informações.

Prazos

O prazo total para adesão ao sistema é de 60 dias, e o requerimento deve ser feito por meio de representação da Defensoria Pública ou de um(a) advogado(a) particular. Durante esse período, será possível inserir ou complementar dados pessoais, declarar ou revisar danos e anexar a documentação necessária. O nome completo e o CPF são dados obrigatórios para que o cadastro seja considerado em outras medidas indenizatórias. Requerimentos sem essas informações serão automaticamente encerrados. Caso seja necessário corrigir ou atualizar dados, este

é o momento para regularizar a situação.

As pessoas atingidas poderão acompanhar o status de seus pedidos por meio do Portal do Usuário (<https://portaldousuario.reparacaobaciariodoce.com/>), utilizando login e senha cadastradas. No entanto, as movimentações e requerimentos serão realizadas exclusivamente por defensor (a) público (a) ou advogado(a) particular através do Portal do Advogado (<https://portaldoadvogado.reparacaobaciariodoce.com/>), conforme previsto no próprio site da Samarco.

Termos e condições da indenização

Para que a indenização seja efetivada, será necessária a assinatura do Termo de Quitação, o que implica na desistência de ações judiciais relacionadas ao caso, tanto no Brasil quanto no

exterior.

Caso haja negativa ou desistência do processo no Sistema PIM-AFE, as pessoas atingidas terão 90 dias para ingressar no Programa Indenizatório Definitivo (PID), última possibilidade de indenização, que prevê o pagamento de R\$ 35 mil por pessoa física e/ou jurídica elegível. A plataforma de requerimento do PID será lançada até abril de 2025 e contará com critérios específicos para adesão.

A Aedas segue acompanhando os desdobramentos do processo indenizatório do novo acordo de reparação e reforça a importância da participação informada das pessoas atingidas no acesso aos seus direitos. Para mais informações, acesse o Portal do Usuário da Samarco e confira os prazos e procedimentos detalhados.

CALENDÁRIO FESTIVO

ABRIL

07

Dia mundial da saúde

17

Dia Internacional da Luta Camponesa

18

Paixão de Cristo
Celebração
Semana Santa
(Belo Oriente)

19

Sábado de Aleluia
Dia da Luta Indígena
Festa do Boi Balaio
(Belo Oriente)

23

Dia de Ogum
(Terreiros)

27

Aniversário de Ipaba

28

Aniversários de
Ipatinga e
Santana do
Paraíso

20

Páscoa

21

Tiradentes

Círculo de Oração da
Assembleia de Deus em
Bugre (São Lourenço)

(EVENTO SEM
DATA DEFINIDA)

Festa da Banana em
Ipaneminha
Ipatinga

(EVENTO SEM
DATA DEFINIDA)

MAIO

01

Dia Internacional da
Luta das Trabalhadoras
e Trabalhadores

11

Dia das mães

13

Dia dos Pretos Velhos
Dia de Nossa Senhora de
Fátima-Resplendor
Dia Nacional de
Denúncia Contra
o Racismo

24

Dia de Santa Sara
Kali - Povo Cigano

25

Dia da
Trabalhadora e
Trabalhador Rural

28

Dia Internacional de Luta
pela Saúde da Mulher
Dia Nacional de Redução
da Mortalidade Materna

Festa de N. Sra de Fátima
e São José - Periquito

(EVENTOS SEM
DATA DEFINIDA)

Terço na semana e
barracas nos fins de
semana - Fernandes
Tourinho

(EVENTO SEM
DATA DEFINIDA)

Celebrações e coroações de
Nossa Senhora no mês de
Maria (Fernandes Tourinho,
Iapu e Sobralia)

(EVENTO SEM
DATA DEFINIDA)

Festa da Amizade e
Cultura - Ipaba
Festa do Tropeiro -
Santana do Paraíso

(EVENTOS SEM
DATA DEFINIDA)

Festejos de Devoção
Mariana - Sobralia
(Plautino Soares)

(EVENTO SEM
DATA DEFINIDA)

O PAPEL DA CIRANDA NA PROTEÇÃO DAS INFÂNCIAS ATINGIDAS

Colaboração: Amanda Feitosa e Hugo Rodrigues
Equipe de Pedagogia do Programa Médio Rio Doce

“(...) Como pode um peixe vivo, viver fora d’água fria? (...)”

Seguimos na Bacia do Rio Doce com o mesmo questionamento: como pode uma infância, dividindo território com um rio, não poder fazer uso dele? Como puderam tomar das crianças as memórias regadas ao barulho d’água, sem se apropriar do ofício tradicional e familiar da pesca? Como pode uma criança ter severas complicações ao imergir nas águas de um leito? Como puderam marcar várias crianças desde o nascimento, com memórias de um rio sujo? Como foram capazes de desestruturar famílias? Como pode? Como está? Como fica?

Essas questões refletem a dura realidade das infâncias atingidas pelo desastre-crime no Rio Doce. O rompimento da barragem em 05 de novembro de 2015 alterou drasticamente a vida dessas crianças, impondo desafios contínuos para a reparação dos danos. Diante desse cenário, o papel da Ciranda se torna essencial na garantia de espaços de escuta, educação e fortalecimento das infâncias atingidas.

**“(...) Como poderei viver
Como poderei viver
Sem a tua, sem a tua
Sem a tua companhia?
Sem a tua, sem a tua
Sem a tua companhia?”**

No Brasil, há uma cultura adultocêntrica muito evidente, que silencia a voz das crianças e hierarquiza as relações sociais. Essa realidade agrava a invisibilidade das infâncias atingidas, tornando ainda mais difícil que suas necessidades sejam consideradas nas políticas públicas. Além disso, percebe-se a pouca abrangência da infância nas políticas ambientais e de mudança climática, o que evidencia a negligên-

cia em relação à sua participação nos processos decisórios.

A Repactuação, proposta para mudar o rumo da reparação dos danos do desastre-crime ainda enfrenta desafios na garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reconheça sua vulnerabilidade e priorize sua proteção, as ações efetivas de reparação seguem insuficientes.

É fundamental que a reparação contemple não apenas as perdas materiais, mas também as memórias, os laços comunitários e a identidade cultural das infâncias atingidas.

A Aedas, por meio da Equipe de Pedagogia do Projeto Médio Rio Doce, conduz as Cirandas como espaços de formação e educação social e popular voltados para crianças e adolescentes. Enquanto seus responsáveis participam das reuniões, as crianças encontram nesses espaços um ambiente seguro para expressão, aprendizado e fortalecimento de sua identidade.

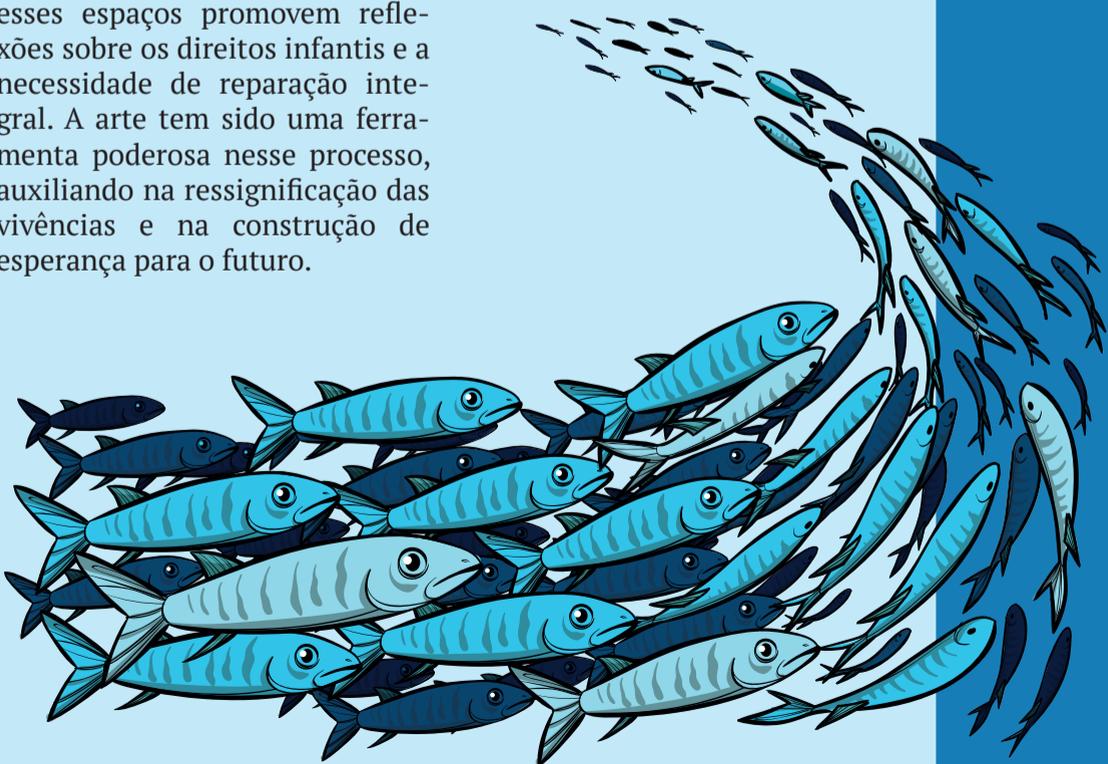
As Cirandas permitem que as crianças compreendam o desastre e seus impactos de maneira acessível e sensível. Utilizando abordagens lúdicas e artísticas, esses espaços promovem reflexões sobre os direitos infantis e a necessidade de reparação integral. A arte tem sido uma ferramenta poderosa nesse processo, auxiliando na ressignificação das vivências e na construção de esperança para o futuro.

A luta pela reparação das infâncias atingidas deve ser amplificada. As vozes silenciadas precisam ser ouvidas e reconhecidas como agentes fundamentais na construção de um futuro mais justo. A Ciranda, nesse contexto, se consolida como um espaço essencial para garantir que as crianças não apenas compreendam sua história, mas também se tornem protagonistas na defesa de seus direitos.

Falar das infâncias atingidas é falar do futuro. Precisamos garantir que essas crianças cresçam em um ambiente que valorize sua memória, sua identidade e sua dignidade. O Rio Doce já não é o mesmo, mas a luta por justiça e reparação precisa continuar. Que as vozes infantis sejam tuteladas, escutadas e fortalecidas!

Ao Rio Doce:

**“(...) Não há pranto
sem saudade
Nem amor sem alegria
É por isso que eu reclamo
Essa tua companhia.”**



“CARAVANA RIO DOCE” PERCORRE MUNICÍPIOS ATINGIDOS PARA INFORMAR E TIRAR DÚVIDAS DA POPULAÇÃO

Entre os dias dia 24 a 28 de março de 2025, a “Caravana Rio Doce” contará com representantes de 14 órgãos e entidades governamentais, em 20 reuniões que acontecerão de Mariana ao litoral do Espírito Santo

Reportagem: Luciano Alvim

A “Caravana Rio Doce” é uma forma do Governo Federal divulgar as ações e compromissos assumidos no Acordo de Repactuação, homologado em 6 de novembro de 2024.

Para os atingidos e atingidas, será uma oportunidade de serem ouvidos e apresentarem reivindicações para representantes de ministérios como Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Saúde, Meio Ambiente, Educação, entre outros órgãos.

Dentre os assuntos a serem abordados durante as reuniões, destacam-se as obrigações das mineradora, como a execução do PID (Programa de Indenização Definitiva), o Programa de Transferência de Renda (PTR), Programa de Incentivo à Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, à Produção e Retomada Econômica (PRE), o Plano de Reestruturação

da Gestão da Pesca e Aquicultura (PROPESCA), fortalecimento de serviços públicos, e o gerenciamento de recursos garantidores das Assessorias Técnicas Independentes.

De acordo a Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), os objetivos da Caravana são “a ampliação do diálogo com as comunidades atingidas, explicação de dúvidas e oferecer transparência sobre ações governamentais”.

As pessoas atingidas, comunidades indígenas e quilombolas, associações de pescadores e movimentos sociais cobram do Governo e das Instituições de Justiça a participação social na implementação do acordo e

esperam ter retorno sobre dúvidas e limites que acreditam haver nesse processo. Um exemplo são comunidade que não foram inclusas em Anexos específicos do acordo de Repactuação e que pleiteiam reconsideração.

Confira abaixo a agenda da Caravana Rio Doce para os territórios assessorados pela Aedas Médio Rio Doce nas regiões do Vale do Aço e Leste de Minas Gerais durante os dias 24, 25 e 26/03.

AGENDA CARAVANA RIO DOCE

24/03

Leste de Minas

Aimorés

18h - Ginásio Poliesportivo de Aimorés/MG. Endereço: Avenida Raul Soares, 690, Centro

25/03

Leste de Minas

Aimorés

8h às 09h - Reunião com pescadores

9h às 10h - Reunião com pescadores

8h - Comunidade Indígena Uchô Betháro Purí

Resplendor

14h - Comunidade indígena Purí ã Pukyú

Itueta

14h - Comunidade indígena Krim Orutu Purí

26/03

Vale do Aço

Ilha do Rio Doce (Caratinga)

14h - Rua cinco, Nº 80, Salão de Eventos Cristal

Cachoeira Escura

18h - Escola Hilda Moraes
Endereço: Av. Juscelino Kubitschek, 300



Foto/Divulgação: Prefeitura de Ipatinga

ÁGUA: UM DIREITO ATINGIDO E FUNDAMENTAL

No Dia Mundial da Água, 22 de março, reafirmamos a importância do acesso contínuo e seguro à água para as comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. A Aedas tem acompanhado essa luta de perto, destacando a urgência das demandas pelo acesso à água de qualidade e em quantidade suficientes.

